

CAMPUS MURICI INST. FED. EDUC. TEC AL

Edital 4/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
4/2026	152803-CAMPUS MURICI INST. FED. EDUC. TEC AL	VICTOR HENRIQUE DE SOUZA SANTOS	26/05/2026 10:07 (v 0.8)
Status	DISPONIBILIZADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes		23041.028658/2025-61

1. DO OBJETO

PREGÃO ELETRÔNICO

90004/2026

INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS - CAMPUS MURICI (UASG)

(152803)

AQUISIÇÃO DE IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS PARA O CURSO DE AGROECOLOGIA

[via registro de preços]

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO**R\$ 817.945,07**

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia **11/06/2026** às **09h** (horário de Brasília)

Critério de Julgamento:

menor preço por item

Modo de disputa:

aberto e fechado

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO

INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS - CAMPUS MURICI

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90004/2026

(Processo Administrativo nº 23041.028658/2025-61)

Torna-se público que o **Instituto Federal de Alagoas - Campus Murici**, por meio da **Coordenação de Suprimentos**, sediado a BR 104 KM 57, bairro Cidade Nova, Murici/AL, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade **PREGÃO**, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a aquisição de implementos agrícolas, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Nos itens **02, 03, 05 e 10 não** será concedido nesta Licitação tratamento favorecido para microempresas, empresas de pequeno porte e figuras equiparadas, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, em razão da incidência, no caso, do art. 4º, § 1º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.[A2]

3.8. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021[A3] , para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

3.10. Não poderão disputar esta licitação:

3.10.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.10.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.10.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.10.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.10.5. . empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou

detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.10.6 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.10.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.10.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.10.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.10.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.12. O impedimento de que trata o item 3.10.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.13. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.10.4 e 3.10.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.14. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.15. O disposto nos itens 3.10.4 e 3.10.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.16. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.17. A vedação de que trata o item 3.11 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.13.2 deste Edital.
- 5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 5.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 5.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 5.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 5.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 5.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.6. Cláusula suprimida
- 5.7. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.
- 5.7.1. A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.
- 5.8. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.8.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 5.8.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.[A3]
- 5.9. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:
- 5.9.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.9.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.9.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.9.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.9.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.9.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.9.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.9.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.10. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.

5.11. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4, 5.8 ou 5.10 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.12. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.13. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.14. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.15. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.15.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.15.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.16. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.16.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.16.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.17. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.15 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.18. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.19. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. valor unitário e total do item;

6.1.2. marca;

6.1.3. fabricante

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1. O licitante **NÃO** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS /PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil[A2] .

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte **poderão** se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o

objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.10. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

6.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.12. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

6.13. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.

6.14. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **de R\$ 0,50 (cinquenta centavos)**.

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11. Cláusula suprimida

7.12. Sendo adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até

dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.3. Cláusula suprimida

7.12.4. Cláusula suprimida.

7.12.5. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.13. Cláusula suprimida

7.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20. Cláusula suprimida

7.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.21.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.23. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.23.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.23.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei; [A8]

7.23.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

7.23.4. declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

7.24. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.24.1. empresas brasileiras;

7.24.1. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.24.1. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.25. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.26. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.26.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.26.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.26.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.26.4. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.26.5. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.27. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. Sicaf;

8.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS,

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

8.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta no **CEIS** quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.8 e 8.9 Cláusulas Suprimidas

8.10. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.10.1. conter vícios insanáveis;

8.10.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

8.10.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.10.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.10.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;

8.10.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.11. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecutabilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.12. A inexecutabilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

8.12.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.12.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.13. Cláusula Suprimida

8.14. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

8.15. e 8.16 Cláusula Suprimida

8.17. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.18. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

8.19. O pregoeiro realizará a verificação da observância da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar quanto aos custos unitários mínimos relevantes estabelecidos pela Administração, além dos demais aspectos ligados à conformidade da proposta ao objeto licitado e à compatibilidade do preço.

8.20. O pregoeiro concederá o prazo de no mínimo duas horas para readequação da proposta quando esta não observar os custos unitários mínimos relevantes, sob pena de desclassificação, na forma da Instrução Normativa nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. . A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.

9.2 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de **20%** para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por e-mail, publicizado via processo, ou ainda via sistemas oficiais.

9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.10. Cláusula Suprimida

9.11. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.11.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.12.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.13. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.13.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **DUAS HORAS**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

9.13.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES /ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.14. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.14.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.14.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.15. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.13.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até **DUAS HORAS**, para:

9.15.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.15.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.15.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.15.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.16. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.17. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.18. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.13.1.

9.19. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.20. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.21. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de **03 dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de **03 dias úteis**, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até **03 dias úteis**; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de **03 dias úteis** para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

10.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

10.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

10.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

10.5. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.7.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de **03 (três)** dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

11.2.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

11.2.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

11.8.1. Em caso de prorrogação da ata, **poderá** ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1 dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

12.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13. DOS RECURSOS

13.1. interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.5. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.6. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.7. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.8. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://sipac.ifal.edu.br/public/jsp/portal.jsf> (a partir de 04/06/2026: https://suap.ifal.edu.br/processo_eletronico/consulta_publica/).

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame;

14.1.2. , salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6. fraudar a licitação;

14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.2.3. impedimento de licitar e contratar e

14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de **20 (vinte)** dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de **0,5% a 15%** do valor do contrato licitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de **15% a 30%** do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através do e-mail **licitacoes.murici@ifal.edu.br**

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1. Anexo I - Termo de Referência;

16.11.1.1. Apêndice I do Anexo I – Termo de Ciência e concordância.

16.11.1.2. Apêndice II do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

16.11.1.3. Apêndice III do Anexo I - Quantitativo por órgão (local de entrega);

16.11.2. Anexo II – Minuta de Ata de Registro de Preços.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

VICTOR HENRIQUE DE SOUZA SANTOS

Pregoeiro



Assinou eletronicamente em 26/05/2026 às 10:07:02.

CAMPUS MURICI INST. FED. EDUC. TEC AL

Termo de Referência 21/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
21/2025	152803-CAMPUS MURICI INST. FED. EDUC. TEC AL	DJALMA NESTOR MESSIAS	19/05/2026 15:05 (v 0.15)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes	32/2025	152803/000032/2025

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL[A1] [A2]
1	Arado Tipo: Reversível Hidráulico , Método Tração: Trator , Profundidade Sulco: 250 MM, Potência Requerida: 75 CV, Quantidade Disco: 3 UN, Características Adicionais: Roda Guia , Diâmetro Disco: 28 PO	610077	UN	3	14.200,00	42.600,00
2	Grade Niveladora Quantidade Discos: Mínimo 28 UN, Largura Corte: Aproximadamente 1750 MM, Profundidade Corte: 150 A 180 MM, Características Adicionais: Controle Remoto E Rodas Acionadas Por Pistão Hidrá , Potência Mínima Requerida Trator: 75 Hp , Tipo Engate: Arrasto , Estrutura: Vigas Tubulares , Diametro Disco: Mínimo 20 Pol , Espaçamento: Aproximadamente 235 Mm	463162	UN	3	31.826,33	95.478,99

3	Motoserra Industrial Potência: 1,6 KW, Combustível Motor: Gasolina , Capacidade Tanque Combustível: 0,470 L, Cilindrada Motor: 35,2 CC, Características Adicionais: Sabre De 35 Centímetros	627709	UN	43	2.770,00	119.110,00
4	Perfurador Solo Tipo Estrutura: Vigas Tubulares , Tipo Engate: Hidráulico , Diâmetro Broca: 09/12/18 POL, Potência Mínima Requerida Trator: 50 CV, Características Adicionais: Espiral Duplo, Coroa, Pinhão De Dentes Helicoidais	318653	UN	4	6.978,33	27.913,32
5	Roçadeira Agrícola Largura Corte: 1,50 M, Altura Corte: 20 CM, Rotação: 1.600 RPM, Tipo Engate: 3 Pontas , Características Adicionais: Hidráulica Articulada , Quantidade Facas: 2 UN, Tipo Corte: Roçagem De Aceiros, Margens De Estradas , Potência Motor: 75 C	629101	UN	3	40.750,00	122.250,00
6	Sulcador Modelo: Acoplável , Capacidade Carga: 320 L, Profundidade Sulco: 460 MM, Quantidade Linhas: 3 UN, Características Adicionais: Sem Adubadeira Bico De Pato, Largura Sulco 400 Mm	325485	UN	3	3.810,62	11.431,86
7	Distribuidor Calcário Material: Plástico , Capacidade: 300 KG, Aplicação: Agricultura , Tipo: Acionamento Por Tomada Força E Levante Hidráulico , Características Adicionais: Capacidade Levante Hidráulico 1.100	619578	UN	2	12.138,45	24.276,90
8	Trator Tipo: Microtrator /Motocultivador, Potência: 7 CV, Tipo Motor: Monocilíndrico, Motor 4 Tempos , Tipo Uso: Agrícola , Características Adicionais: Enxada Rotativa, Partida Manual ou Elétrica	613439	UN	7	7.350,00	51.450,00
9	Roçadeira manual Motor: 2 tempos Cilindrada mínima: 30 cm³	625279	UN	22	665,93	14.650,46

	<p>Potência mínima: 1,3 kW</p> <p>Sistema de partida: Manual (recoil), com mecanismo de fácil acionamento</p> <p>Combustível: Mistura gasolina e óleo 2T, conforme especificação do fabricante</p> <p>Capacidade do tanque: Mínimo 0,5 litros</p> <p>Sistema de ignição: Eletrônico</p> <p>Eixo: Rígido, com transmissão interna</p> <p>Guidão: Tipo bicicleta ou equivalente, com empunhadura ergonômica e sistema antivibração</p> <p>Peso máximo (sem combustível e acessórios): até 7,5 kg</p> <p>Nível de ruído e vibração: Atender às normas vigentes de segurança e ergonomia</p>					
10	<p>Tipo: Implemento Enxada Rotativa para Trator Agrícola</p> <p>Potência necessária: 25 HP</p> <p>Largura da aração: 1000 mm</p> <p>Quantidade de lâminas: 20</p> <p>Acoplamento: Categoria 1</p> <p>Rotação: 540 rpm</p> <p>Capacidade do reservatório de óleo: 5,0 litros</p> <p>Tipo do óleo da transmissão: ISO 68</p> <p>Peso líquido: 150 kg</p> <p>Peso bruto: 170 kg</p> <p>Dimensões: 850 x 1050 x 950 mm</p> <p>Compatibilidade: Tratores 75 C</p>	619572	UN	3	37.050,53	111.151,59
11	Plantadeira adubadeira de 2 linhas de plantio, com engate nos 3 pontos do Trator.	619455	UN	1	25.643,53	25.643,53
12	Roçadeira Frontal RF-500 p/ Motocultivadores Branco 7,5 Cv	629101	UN	7	4.308,44	30.159,08
13	Semeadeira 1 linha para Motocultivador Tratorito	479319	UN	4	4.406,97	17.627,88
14	Encanteirador Para Motocultivador 7Cv Para Cultivo de Hortaliças	619572	UN	4	1.403,85	5.615,40
15	Carretinha Para Motocultivador Capacidade	220469	UN	7	3.857,63	27.003,41

	300kg					
16	Sulcador Para Tratorito à Gasolina Abre Canaleta no Solo	325485	UN	4	344,73	1.378,92
17	Arado Aiveca AA-500 Para Motocultivador Gasolina 6,5 HP 7HP	613986	UN	4	1.046,00	4.184,00
18	Subsolador 3 hastes para trator de 75 cv Espaçamento entre Hastes (mm) 620, Largura Útil (mm) 1320, Largura Trabalho (mm) 1240, Peso Aproximado (Kg) 358 Potência do Trator (Hp) Supercial 40-45, Profundo 55-65.	274001	UN	1	6.489,73	6.489,73
19	Motoserra Industrial Potência: 1,6 KW, Combustível Motor: Gasolina , Capacidade Tanque Combustível: 0,470 L, Cilindrada Motor: 35,2 CC, Características Adicionais: Sabre de 35 Centímetros	627709	UN	14	2.770,00	38.780,00
20	Roçadeira Agrícola Largura Corte: 1,50 M, Altura Corte: 20 CM, Rotação: 1.600 RPM, Tipo Engate: 3 Pontas , Características Adicionais: Hidráulica Articulada , Quantidade Facas: 2 UN, Tipo Corte: Roçagem De Aceiros, Margens De Estradas , Potência Motor: 75 C	629101	UN	1	40.750,00	40.750,00

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar. O detalhamento dos itens por unidades interessadas constam em anexo.

1.3. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 1(um) ano contados da assinatura da Ata de Registro de Preços, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. *O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025.*

ID PCA no PNCP: 10825373000155-0-000012/2025; Data de publicação no PNCP: 06/05/2024;

Id do item no PCA: 281 a 292;

Classe/Grupo: 2420 - TRATORES SOBRE RODAS;

- 3710 - EQUIPAMENTO PARA PREPARAÇÃO DO SOLO;
 - 3450 - MÁQUINAS-FERRAMENTA PORTÁTEIS;
 - 3920 - EQUIPAMENTOS NÃO AUTOPROPULSIONADO PARA MOVIMENTAÇÃO DE MATERIAIS;
 - 5130 - FERRAMENTAS MANUAIS ACIONADAS POR FORÇA MOTRIZ;
- Identificador da Futura Contratação:152803-32/2025

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.2. No que couber, os materiais utilizados na prestação do serviço devem ser reciclados, biodegradáveis e/ou atóxicos.

4.3. É de responsabilidade da licitante que vier a ser contratada, adotar, no fornecimento dos materiais objeto do presente Termo, no que couber, as práticas de sustentabilidade constantes do Decreto 7.746/2012.

Fornecer os itens adquiridos, acondicionados em embalagem adequada, com o menor volume possível, que utilize, quando possível, materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

Só será admitida a oferta de veículo automotor que utilize o combustível renovável biodiesel, inclusive mediante tecnologia "flex", nos termos da Lei nº 9.660, de 1998.

Só será admitida a oferta de veículo automotor que atenda aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores - PROCONVE, conforme Resolução CONAMA nº 18, de 06/05/1986, Resolução CONAMA 490, de 16 de novembro de 2018 e Resolução CONAMA 492, de 20 de dezembro de 2018, complementações e alterações supervenientes".Só será admitida a oferta de veículo que possua eficiência energética equivalente a um veículo com a Etiqueta da categoria A (mais eficiente) do Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular (PBE Veicular).

Subcontratação

4.4. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Reserva de cotas para microempresas e empresas (ME) de pequeno porte (EPP):

4.5. A presente licitação será exclusiva para ME e EPP, com exceção dos itens 3 e 5 da tabela contida no item 1.1. Estes itens foram desdobrados, respectivamente, nos itens 19 e 20 (cota reservada de até 25%, nos termos do art. 48, III, da LC nº 123/2006 e art. 8º do Decreto nº 8.538/2015), uma vez que seus valores totais superavam o limite legal para exclusividade.

Quanto aos itens 2 e 10, embora possuam valor total superior a R\$ 80.000,00, o desdobramento restou inviável: a aplicação do teto de 25% sobre o quantitativo de 3 unidades resultaria em zero unidades inteiras para a cota reservada. Adotou-se o critério de aplicar a cota apenas a itens com valor > R\$ 80.000,00, maximizando o percentual dentro do limite de 25% com arredondamento, desde que a cota principal mantivesse valor ≥ R\$ 80.000,00. Assim, os itens com cota restaram definidos como: item 3 (14 de 57 un.) e item 5 (1 de 4 un.). Os demais itens, por possuírem valor total ≤ R\$ 80.000,00, não receberam cota reservada.

Indicação de marcas ou modelos:

4.6. Na presente licitação não se aplica.

Da vedação de contratação de marca ou produto

4.7. Na presente licitação não se aplica.

Da exigência de amostra

4.8. Na presente licitação não se aplica.

Da exigência de carta de solidariedade

4.9. Não será solicitada na presente licitação.

Subcontratação

4.10. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 dias, contados da emissão do empenho.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 20 dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues nos seguintes endereços:

a) Instituto Federal de Alagoas - Campus Murici: Loteamento Prefeito Pedro Tenório Raposo, BR 104, Km 57, S/N, Cidade Alta, Murici/AL, CEP 57820-000;

b) Instituto Federal de Alagoas - Campus Satuba: Rua 17 de Agosto, S/N, Centro, Satuba/AL, CEP: 57120-000;

c) Corpo de Bombeiros Militar de Alagoas - CBMAL: Av. Siqueira Campos, S/N, Trapiche da Barra, Maceió/AL, CEP: 57010-405;

d) Polícia Civil do Estado de Roraima - PCRR: Av. Getúlio Vargas, 3859, Canarinho, Boa Vista/RR, CEP: 69306-545;

e) Instituto Federal do Pará - Campus Óbidos: Rodovia PA 437, Km 02, S/N, Zona Rural, Óbidos-PA, CEP: 68250-000.

Garantia, manutenção e assistência técnica[A4]

5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.5. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

5.6. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.7. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.8. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.9. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.10. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 30 dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

5.11. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.12. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

5.13. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.14. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.15. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Fiscalização

6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.6. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.7. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.8. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.9. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.10. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.11. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.12. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.13. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.14. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.15. Cabe ao gestor do contrato:

6.15.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.15.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.15.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.15.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.15.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.15.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.15.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.7.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.7.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.8. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.8.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.8.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.8.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.8.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.8.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.11. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.11.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

7.14. Multa:

7.15. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

7.16. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.17. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas "e" a "h" de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

7.18. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea "c", de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

7.19. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea "b", de 1% (1 por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

7.20. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea "d", de 1% (1 por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

7.21. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea "a", de 1% (1 por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 30 dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 30 dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. o prazo de validade;

8.12.2. a data da emissão;

8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.12.5. o valor a pagar; e

8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

8.22. pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.[A5]

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

8.27. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.27.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.27.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.27.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.27.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.[A13]

8.28. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.[A14]

Reajuste

8.29. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 10/09/2025.

8.30. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado[A16] , os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade[A17] .

8.31. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.32. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.33. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.34. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.35. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.36. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta[A1]

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade *PREGÃO*, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo *MENOR PREÇO*.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será PARCELADO.

Exigências de habilitação[A3]

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.4. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;[A4] [A5]

9.5. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;[A6]

9.8. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.9. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.11. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;[A8]

9.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.[A9]

Qualificação Econômico-Financeira[A10]

9.21. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.22. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.23. Demonstração contábel do último exercício.

9.24. Patrimônio líquido mínimo de 05% do valor total estimado da parcela pertinente.

9.25. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.26. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.27. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica[A15] [A16]

9.28. Manual com especificações técnicas dos itens.

Disposições gerais sobre habilitação

9.29. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.30. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.31. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.32. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 817.945,07 (oitocentos e dezessete mil, novecentos e quarenta e cinco reais e sete centavos), conforme custos unitários apostos na **[tabela contida no item 1.1 acima]**.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas .[A1]

Murici, dezenove de maio de 2025.

Ivanildo Claudino da Silva

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

(Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)

1 . FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o *prazo de 5 dias*, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato *constante deste Anexo*, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133 /2021;

1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no **Edital**, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. *O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.*

2.2. *O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.*

2.3. *O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.*

2.4. *A prorrogação contratual deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.*

2.5. *A contratação não poderá ser prorrogada quando o Contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.*

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

- 3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;
- 3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
- 3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;
- 3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;
- 3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 3.1.8.1 A Administração terá o prazo de 1 mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período. [A4]
- 3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 1 mês.[A5]

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO[A8]

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- 4.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e *da relação da rede de assistência técnica autorizada*[A9] ;
- 4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;
- 4.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;[A10]

- 4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:
- 4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
 - 4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
 - 4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;
 - 4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
 - 4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;
- 4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 4.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 4.1.11. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;
- 4.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 4.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 4.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;
- 4.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 4.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 4.1.17. *Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das obrigações assumidas, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;*
- 4.1.18. *Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução contratual;*

4.1.19. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

4.1.20. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

4.1.21. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.[A11]

4.1.22. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho[A12] ;

4.1.23 Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

4.1.24. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

4.1.25. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

4.1.26. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho.

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

5.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

5.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.[A13]

6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.[A17]

7. ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.[A18]

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em Maceió, Seção Judiciária de Alagoas para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital OU Aviso de Contratação Direta*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão/Concorrência/Dispensa Eletrônica* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome *e Cargo do Representante Legal*)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

IZABEL VIEIRA DE SOUZA

Membro da comissão de contratação

IVANILDO CLAUDINO DA SILVA

Membro da comissão de contratação

JOSE ANTONIO DA SILVA MADALENA

Membro da comissão de contratação

CAMPUS MURICI INST. FED. EDUC. TEC AL

Estudo Técnico Preliminar 6/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 152803-32/2025

2. Descrição da necessidade

Diante da consolidação dos cursos técnicos em agroecologia e agroindústria do campus, faz-se necessário a aquisição de implementos agrícolas para tecnificar e deixar os cursos cada vez mais robustos do ponto de vista técnico

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
COORDENAÇÃO DE AGROECOLOGIA	IVANILDO CLAUDINO DA SILVA

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

1. Identificação da Necessidade da Contratação

A presente contratação tem por finalidade suprir a demanda por equipamentos e implementos agrícolas destinados ao apoio de atividades agropecuárias desenvolvidas por agricultores familiares, associações rurais ou órgãos vinculados à agricultura e desenvolvimento rural. A aquisição visa proporcionar melhores condições de trabalho no campo, aumento da produtividade, incentivo à mecanização e fortalecimento da agricultura sustentável.

2. Objeto da Contratação

Aquisição de **equipamentos e implementos agrícolas**, conforme especificações técnicas detalhadas, incluindo:

1. Arado
2. Grade niveladora
3. Motosserra elétrica
4. Roçadeira manual
5. Subsolador
6. Enxada encanteiradora
7. Perfurador de solo
8. Roçadeira para trator
9. Sulcador de 3 linhas
10. Distribuidor de calcário
11. Mini trator

3. Justificativa da Contratação

A aquisição se justifica pela necessidade de modernizar e ampliar a capacidade operacional das unidades beneficiárias, reduzindo a dependência de mão de obra manual, aumentando a eficiência das atividades produtivas e promovendo o desenvolvimento sustentável das comunidades rurais atendidas.

4. Descrição Técnica dos Itens

Os itens deverão atender às seguintes especificações mínimas:

Item	Descrição Técnica
Arado	Arado de discos, com estrutura reforçada, compatível com trator de 50 CV ou superior. Mínimo de 3 discos de 26”.
Grade Niveladora	Grade com 28 discos lisos de 18”, com espaçamento de 200 mm, estrutura metálica com chassi reforçado.
Motoserra Elétrica	Potência mínima de 2.000W, sabre de 16”, corrente de baixo salto, com dispositivo de segurança.
Roçadeira Manual	Tipo costal ou lateral, motor a gasolina 2T ou 4T, potência mínima de 1,5 HP. Acompanha lâmina e carretel de nylon.
Subsolador	Subsolador de 3 hastes, com regulagem de profundidade, para tratores de no mínimo 75 CV.
Enxada Encanteiradora	Acoplável a trator, com sistema de regulagem de largura e altura dos canteiros. Estrutura em aço carbono.
Perfurador de Solo	Motor a gasolina, 2T ou 4T, com brocas intercambiáveis (100 mm, 150 mm, 200 mm).
Roçadeira para Trator	Tipo traseira, de arrasto ou 3 pontos, largura mínima de corte de 1,5 m, para trator de 60 CV ou mais.
Sulcador de 3 Linhas	Acoplamento no sistema de 3 pontos, largura regulável entre linhas, para trator de até 75 CV.
Distribuidor de Calcário	Capacidade mínima de 600 kg, acionamento por tomada de força, regulagem de vazão, acoplável em trator.
Mini Trator	Potência mínima de 15 HP, tração 4x4, com tomada de força e 3 pontos. Acompanha conjunto de rodas agrícolas.

5. Quantidade Estimada

As quantidades estimadas para cada item serão definidas conforme estudo técnico preliminar e planejamento orçamentário, levando em consideração o número de unidades atendidas e o porte da produção agrícola.

6. Forma de Fornecimento

O fornecimento será realizado de forma **parcelada ou única**, conforme cronograma de entrega definido no edital ou contrato. Todos os equipamentos deverão ser entregues **com manual de operação, certificado de garantia e nota fiscal**, diretamente no local indicado pela Administração.

7. Critérios de Sustentabilidade

Os produtos devem observar os critérios de sustentabilidade previstos na **Instrução Normativa SEGES/ME nº 10, de 2020**, como:

- Baixo consumo de combustível;
- Durabilidade e vida útil adequada;
- Embalagens recicláveis ou reutilizáveis;
- Facilidade de manutenção e reposição de peças.

8. Garantia e Assistência Técnica

Todos os itens deverão ter **garantia mínima de 12 meses**. O fornecedor deve assegurar **assistência técnica autorizada**, suporte remoto e fornecimento de peças de reposição no prazo máximo de 30 dias úteis após solicitação.

9. Base Legal

A contratação será realizada com base na **Lei nº 14.133/2021** (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), observando seus princípios e dispositivos, especialmente os artigos:

- Art. 6º, incisos XXIII e XXIV (definições de bens e serviços);
- Art. 11 (planejamento da contratação);
- Art. 18 (pesquisa de preços);
- Art. 40 a 47 (instrumentos de contratação);
- Art. 75 (dispensa de licitação, se aplicável);

- Demais dispositivos pertinentes.

5. Levantamento de Mercado

1. Metodologia Utilizada para o Levantamento

O levantamento de mercado foi realizado conforme determina o art. 7º da IN nº 40/2020, por meio das seguintes ações:

a) **Pesquisa em plataformas oficiais e bases de dados públicas**, tais como:

- Portal de Compras do Governo Federal (Compras.gov.br);
- Banco de Preços em Saúde e Portal de Preços do Governo Federal;
- Atas de registro de preços disponíveis no Painel de Preços;
- Pregões eletrônicos semelhantes promovidos por outros entes da federação.

b) **Consulta a fornecedores e fabricantes**: foram consultados fornecedores especializados na comercialização de máquinas e implementos agrícolas, por meio de e-mails, ligações telefônicas e cotações formais.

c) **Análise de Catálogos Técnicos e Websites Oficiais**: foram coletadas informações técnicas em sites de fabricantes como Stihl, Husqvarna, Tatu Marchesan, Massey Ferguson, Trapp, Branco Motores, entre outros.

2. Resultados Obtidos

A pesquisa permitiu identificar que:

- **Existe ampla oferta no mercado nacional** dos itens especificados, com diferentes níveis de qualidade, tecnologia embarcada e capacidade operacional;
- A maior parte dos implementos segue **padrões compatíveis com tratores agrícolas de pequeno e médio porte**;
- As **motosserras, roçadeiras manuais e perfuradores de solo** apresentam ampla variedade de marcas e modelos disponíveis, inclusive com fabricação nacional;
- Alguns itens, como a **enxada encanteiradora, sulcador de 3 linhas e distribuidor de calcário**, possuem menor número de fornecedores, embora existam fabricantes nacionais que atendem a essas especificações;
- O **mini trator** apresenta variabilidade significativa de modelos (de 12 HP a 25 HP), e está disponível em versões com e sem cabine, com motores diesel e gasolina;
- Observou-se **tendência crescente para equipamentos com menor emissão de poluentes e menor consumo de combustível**, atendendo às diretrizes de sustentabilidade.

3. Exemplo de Fontes Consultadas

Fonte / Órgão	Objeto Similar	Modalidade	Observações
Prefeitura de Manhuaçu-MG	Aquisição de implementos agrícolas	Pregão Eletrônico	Itens semelhantes, incluindo arado e sulcador
IFPR – Instituto Federal do Paraná	Mini trator, subsolador, roçadeira	PE nº 14 /2023	Especificações técnicas alinhadas com o objeto desta contratação
Compras.gov.br	Diversos pregões para aquisição de equipamentos agrícolas	Pesquisa por item	Atas recentes com fornecedores e preços atualizados
Fabricante: Marchesan	Catálogo técnico	Consulta direta	Informações sobre enxada encanteiradora, arado, sulcador
Fornecedores: Stihl, Husqvarna, Toyama, Branco Motores	Catálogos e cotações	Contato comercial	Dados técnicos e condições de fornecimento

4. Análise da Concorrência e Acesso ao Mercado

Apesar de a maioria dos itens apresentar ampla concorrência e diversidade de fornecedores, **alguns itens possuem mercado mais restrito**, como:

- Enxada encanteiradora
- Sulcador de 3 linhas
- Distribuidor de calcário

Entretanto, após análise técnica, conclui-se que os **requisitos estabelecidos para esses itens são indispensáveis ao cumprimento da finalidade pública**, sendo **tecnicamente justificável sua manutenção**. Todavia, buscou-se **não restringir a competição**, mantendo as **especificações em nível de desempenho mínimo**, sem menção a marcas ou modelos, em conformidade com o art. 6º, §1º da IN 40/2020.

5. Possibilidade de Inovações e Tecnologias Alternativas

Durante a pesquisa foram identificadas inovações como:

- Motosserras com bateria de íon-lítio (menor ruído e emissão);
- Roçadeiras com sistema antivibração e partida facilitada;
- Mini tratores com telemetria básica e melhor ergonomia;
- Equipamentos com estrutura modular para facilitar manutenção.

A especificação dos itens será elaborada de forma a **permitir o fornecimento de soluções com estas melhorias**, desde que atendam aos requisitos mínimos exigidos.

6. Conclusão

O levantamento de mercado revelou que:

- Há **oferta suficiente** de fornecedores para os itens mais comuns;
- Há **fornecimento mais limitado** para implementos específicos, mas sem inviabilizar a competição;
- As **especificações foram elaboradas com base em dados objetivos** de mercado, sem restrições indevidas à ampla concorrência;
- Há **viabilidade técnica e econômica** para a realização da contratação.

6. Descrição da solução como um todo

1. Solução Proposta

A solução consiste na **aquisição de um conjunto de equipamentos e implementos agrícolas mecanizados**, com objetivo de proporcionar infraestrutura operacional adequada para o preparo do solo, manejo, plantio, manutenção e colheita de culturas agrícolas, principalmente no contexto da agricultura familiar e de pequenos produtores rurais.

O conjunto a ser adquirido inclui:

- Arado
- Grade niveladora
- Motosserra elétrica
- Roçadeira manual
- Subsolador
- Enxada encanteiradora
- Perfurador de solo
- Roçadeira para trator
- Sulcador de 3 linhas
- Distribuidor de calcário

- Mini trator

Os itens formam uma solução integrada, permitindo o uso sequencial e complementar de equipamentos, conforme as etapas do ciclo produtivo agrícola. A diversidade de implementos garante atendimento a diferentes culturas e condições de solo.

2. Justificativa Técnica da Escolha da Solução

A escolha da solução está fundamentada nos seguintes aspectos técnicos:

- **Adequação às necessidades operacionais do campo:** Os equipamentos selecionados contemplam as principais atividades produtivas da agricultura familiar e cooperativas rurais;
- **Compatibilidade técnica entre os implementos:** Os itens são compatíveis com tratores de pequeno e médio porte, evitando a necessidade de investimentos adicionais em maquinário de grande porte;
- **Facilidade de uso e manutenção:** A maioria dos equipamentos possui operação simplificada e componentes de fácil reposição;
- **Confiabilidade e padronização:** Foram priorizados itens com ampla disponibilidade no mercado nacional e com histórico comprovado de desempenho;
- **Atendimento a normas técnicas e ambientais:** Os equipamentos podem ser adquiridos em versões com menor emissão de poluentes e maior eficiência energética, favorecendo práticas sustentáveis.

3. Justificativa Econômica da Escolha da Solução

Sob o ponto de vista econômico, a adoção dessa solução traz os seguintes benefícios:

- **Melhor relação custo-benefício:** A aquisição conjunta dos equipamentos permite maior escala, melhor negociação e economia de recursos públicos;
- **Redução de custos operacionais:** Equipamentos próprios reduzem a necessidade de locação, serviços de terceiros ou contratação de horas-máquina;
- **Geração de autonomia para os produtores:** O uso direto dos equipamentos proporciona ganhos de produtividade e independência operacional;
- **Manutenção preventiva mais acessível:** A padronização dos modelos facilita a reposição de peças e treinamento dos usuários.

4. Exigências Relacionadas à Manutenção e Assistência Técnica

Para garantir a eficiência da solução no longo prazo, serão exigidos dos fornecedores:

- **Garantia mínima de 12 meses** para todos os itens, com cobertura de defeitos de fabricação e falhas operacionais;
- **Rede de assistência técnica autorizada** no território nacional, com tempo de resposta máximo de 72 horas úteis para atendimento técnico;
- **Disponibilidade de peças de reposição** por no mínimo 5 anos após a entrega do bem;
- **Manual de operação, manutenção e segurança** em língua portuguesa, entregue junto com o equipamento;
- **Treinamento básico de operação e manutenção preventiva**, quando aplicável, a ser fornecido sem ônus adicional.

5. Conclusão

A solução proposta — aquisição integrada de implementos agrícolas — representa a alternativa **mais viável tecnicamente e mais vantajosa economicamente** para o atendimento das necessidades da Administração Pública em projetos de apoio à agricultura. A abordagem assegura compatibilidade entre os equipamentos, durabilidade, facilidade de manutenção e potencial de geração de impacto positivo direto sobre a produção rural local.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

1. Fundamentação Técnica da Estimativa

A presente estimativa considera as **demandas práticas dos Cursos Técnicos em Agropecuária e Agricultura** do IFAL – Campus Murici, que atualmente atendem aproximadamente **120 alunos por semestre**.

A infraestrutura agrícola do campus é utilizada para:

- Aulas práticas em campo (preparo do solo, manejo, plantio, colheita);
- Atividades de extensão com agricultores locais;
- Projetos de pesquisa aplicada e práticas supervisionadas;
- Treinamentos e oficinas técnicas com estudantes e comunidade rural.

Além disso, parte dos equipamentos atuais encontra-se **obsoleta ou em desuso**, havendo **necessidade de substituição ou complementação**.

2. Metodologia e Memória de Cálculo

Para cada item, foi considerada:

- Capacidade de atendimento simultâneo de turmas;
- Rodízio de uso entre atividades pedagógicas, projetos e extensão;
- Vida útil estimada do equipamento;
- Número de setores ou áreas de produção a serem atendidas;
- Frequência de utilização por semestre.

3. Estimativa Detalhada por Item

Item	Quantidade Estimada	Justificativa Técnica
Arado	2 unidades	Atender áreas experimentais distintas (solo argiloso e arenoso), com uso alternado entre práticas agrícolas e aulas.
Grade Niveladora	2 unidades	Complementar ao arado, uso em 2 talhões de solo. Permite operação simultânea em módulos distintos.
Motosserra Elétrica	4 unidades	Utilização em práticas de manejo de vegetação, corte de madeira e manutenção. Número baseado em turmas práticas simultâneas.
Roçadeira Manual	6 unidades	Alta rotatividade de uso em manutenção de áreas de campo e margens. Uso intensivo por equipe técnica e alunos.
Subsolador	1 unidade	Utilização semestral para descompactação do solo. Demanda unitária com baixa frequência de uso.
Enxada Encanteiradora	2 unidades	Formação de canteiros em áreas experimentais distintas. Evita revezamento excessivo.
Perfurador de Solo	3 unidades	Usado para plantio e instalação de estacas. Demanda simultânea por equipe técnica e alunos.
Roçadeira para Trator	1 unidade	Equipamento de uso coletivo. Uma unidade é suficiente para roçada das áreas de cultivo.
Sulcador de 3 Linhas	1 unidade	Uso específico em práticas de plantio. Uso unitário por trator.
Distribuidor de Calcário	1 unidade	Aplicação semestral de corretivos. Equipamento de uso geral, não requer duplicação.
Mini Trator (15–25 HP)	2 unidades	Um por área experimental. Permite divisão de tarefas e backup operacional.

4. Documentos e Fatos que Suportam a Estimativa

- **Plano de curso e matriz curricular** dos Cursos Técnicos em Agropecuária e Agricultura (IFAL Murici);
- **Calendário acadêmico** com distribuição das disciplinas práticas ao longo do ano;
- **Relatórios de manutenção e inventário patrimonial**, demonstrando a necessidade de renovação de equipamentos desgastados;
- **Demanda crescente de projetos de extensão e pesquisa aplicada**, ampliando o uso de equipamentos por estudantes e técnicos;
- **Não sobreposição com outras contratações vigentes** ou previstas no campus para os mesmos fins.

5. Considerações Finais sobre a Escala

A estimativa foi dimensionada para garantir:

- **Atendimento simultâneo de diferentes turmas ou setores do campus;**
- **Maior eficiência operacional**, reduzindo tempo de espera para uso de máquinas;
- **Evitar aquisição excessiva**, mantendo equilíbrio entre número de alunos, área de produção e capacidade de manutenção;
- **Economia de escala**, com possibilidade de incluir todos os itens em um único processo licitatório, otimizando a negociação com fornecedores.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 316.000,00

Estimativa do Valor da Contratação

Objeto: Aquisição de implementos e equipamentos agrícolas para uso nos cursos técnicos do IFAL – Campus Murici

1. Metodologia Adotada

A estimativa de preços foi construída com base em:

- **Consulta a bases públicas oficiais**, como o Painei de Preços do Governo Federal, Compras.gov.br e catálogos de atas de registro de preços;
- **Cotações formais junto a fornecedores do setor agrícola** (minimamente 3 por item);
- **Pesquisas em sites especializados de fabricantes e distribuidores nacionais;**
- Consideração de **frete incluso até o Campus Murici (AL);**
- Valores referentes a **produtos novos, com garantia mínima de 12 meses e manuais em português.**

2. Quadro de Estimativa de Valores

Item	Quantidade	Preço Unitário Estimado (R\$)	Valor Total Estimado (R\$)	Fonte de Referência
Arado (3 discos)	2	18.500,00	37.000,00	Painel de Preços / Marchesan
Grade niveladora (28 discos)	1	41.000,00	41.000,00	Compras.gov.br / Tatu
Motosserra elétrica (2.000W)	4	1.500,00	6.000,00	Stihl / Husqvarna
Roçadeira manual (gasolina)	6	1.300,00	7.800,00	Trapp / Branco Motores
Subsolador (3 hastes)	1	11.500,00	11.500,00	Atas RP / Agritech
Enxada encanteiradora	2	21.000,00	42.000,00	Cotações diretas / Marchesan
Perfurador de solo (gasolina)	3	2.200,00	6.600,00	Toyama / Branco
Roçadeira para trator (1,5 m)	1	9.800,00	9.800,00	Painel de Preços
Sulcador de 3 linhas	1	16.200,00	32.400,00	Fabricante Nacional
Distribuidor de calcário	1	12.500,00	12.500,00	Cotações diretas
Mini trator 15–25 HP (diesel)	2	55.000,00	110.000,00	Compras.gov.br / Mahindra
TOTAL GERAL ESTIMADO	—	—	316.600,00	—

3. Memória de Cálculo

A estimativa de valor foi calculada de forma simples, multiplicando-se os **preços unitários médios de mercado por item** pela **quantidade estimada**, conforme planejamento técnico-pedagógico dos cursos. A coleta de preços levou em consideração:

- Média de 3 cotações para cada item;
- Preços de atas de registro de preços vigentes nos últimos 12 meses;
- Valores atualizados para o 2º semestre de 2025, incluindo tributos e frete;
- Tolerância de ±10% considerada em análises internas para oscilações de mercado.

4. Documentos Suporte (Anexo Classificado)

Os documentos que dão suporte à estimativa incluem:

- Prints e PDFs de cotações formais;
- Relatórios de consultas ao Painel de Preços e Compras.gov.br;
- Comparativos com atas vigentes de órgãos similares (IFs, prefeituras, universidades);
- Especificações técnicas dos itens cotados.

Observação: Caso a Administração entenda necessário, os documentos de preços poderão ser classificados como **anexo sigiloso**, nos termos do art. 7º, §3º da IN 40/2020, sendo divulgados apenas após a conclusão do certame, para preservar o equilíbrio da competição.

5. Conclusão

A contratação estimada no valor de **R\$ 229.000,00** apresenta-se **tecnicamente adequada e economicamente viável**, dentro dos padrões de mercado e em conformidade com os princípios da Administração Pública. A estimativa foi elaborada com base em parâmetros objetivos e documentos verificáveis, garantindo transparência e fundamentação para o processo licitatório.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

1. Objeto da Contratação

A contratação tem por objeto a **aquisição de equipamentos e implementos agrícolas**, destinados às atividades práticas dos cursos técnicos em Agricultura e Agropecuária do **IFAL – Campus Murici**, conforme itens discriminados a seguir:

- Arado
- Grade niveladora
- Motosserra elétrica
- Roçadeira manual
- Subsolador
- Enxada encanteiradora
- Perfurador de solo
- Roçadeira para trator
- Sulcador de 3 linhas
- Distribuidor de calcário
- Mini trator

2. Análise de Possibilidade de Parcelamento

Foi analisada a possibilidade de **parcelamento da contratação** com base nos seguintes critérios:

- **Técnico:** embora os itens tenham naturezas distintas (tratores, implementos e ferramentas), eles **compõem um conjunto integrado e funcional**, interdependente, voltado para o cumprimento das atividades pedagógicas e operacionais da unidade de ensino. Dividir o objeto por categorias (ex: apenas ferramentas manuais, ou apenas tratores) **quebraria a lógica do sistema integrado**, comprometendo a finalidade da aquisição e a padronização da operação e manutenção dos equipamentos.
- **Econômico:** a aquisição em **lote único (única licitação com itens individualmente cotados)** permite **economia de escala** nos seguintes aspectos:
 - Redução de custos logísticos (frete unificado);
 - Obtenção de melhores preços pela concentração da demanda;

- Menor tempo e custo administrativo para a gestão do contrato e dos prazos;
- Maior atratividade para fornecedores que atuam com o fornecimento conjunto de equipamentos agrícolas, o que é comum no setor.
- **Mercadológico:** a pesquisa de mercado revelou que **diversos fornecedores atuam com múltiplos itens** do objeto (tratores e implementos), ou por meio de consórcios e parcerias comerciais, **não havendo prejuízo à competitividade** caso a licitação ocorra em um único processo com itens cotados separadamente.

3. Estratégia de Cotação e Competitividade

Embora o objeto não tenha sido dividido em licitações distintas (parcelamento físico), será adotada a estratégia de **cotação por item individual**, nos termos do **§7º do art. 23 da Lei nº 8.666/1993**, com possibilidade de adjudicação por item, permitindo:

- Ampla participação de fornecedores especializados em determinados produtos;
- Preservação da competitividade entre empresas de pequeno e médio porte;
- Fomento à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006.

Além disso, o edital poderá prever **quantitativos mínimos e condições de entrega padronizadas**, a fim de preservar a **vantagem econômica da contratação conjunta**, sem restringir a competição.

4. Conclusão

Dessa forma, **não será adotado o parcelamento em lotes ou licitações separadas**, pois:

- Comprometeria a funcionalidade e o planejamento pedagógico integrado dos cursos técnicos;
- Resultaria em perda da economia de escala, aumento de custos administrativos e logísticos;
- A estratégia de adjudicação por item já garante a competitividade exigida pela legislação.

Assim, a solução apresentada está **tecnicamente justificada e economicamente viável**, em conformidade com o art. 23 da Lei nº 8.666/1993, com a IN nº 40/2020 e com os princípios que regem as contratações públicas.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

1. Contratações Realizadas

Foram identificadas **contratações anteriores relacionadas** ao objeto desta aquisição, que mantêm vínculo de funcionalidade ou operacionalidade com os equipamentos pretendidos:

- **Aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs)** para atividades práticas agrícolas (luvas, protetores auriculares, botas, capacetes), realizada em 2023, com recursos do programa de fortalecimento da educação profissional.
- **Manutenção de áreas experimentais** (contratação de serviços terceirizados para roçada e conservação de espaços produtivos), vigente até o 1º semestre de 2024, porém com previsão de substituição parcial por atividades com equipamentos próprios.
- **Aquisição de insumos agrícolas (sementes, adubos e corretivos)**, adquiridos regularmente por meio de pregões para abastecimento dos setores produtivos, cuja aplicação será facilitada com os implementos agora pretendidos (ex: distribuidor de calcário).

Essas contratações são **complementares**, não se sobrepondo à presente, e indicam a **interdependência prática e pedagógica** entre insumos, infraestrutura e equipamentos.

2. Contratações Futuras Previstas

Há também previsão de **contratações futuras** relacionadas ao uso dos equipamentos agrícolas ora solicitados:

- **Aquisição de peças de reposição e consumíveis** (óleo, filtros, lâminas de corte, discos de reposição, correias), a serem licitadas periodicamente após a entrega dos equipamentos.
- **Contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva** para máquinas agrícolas, por meio de credenciamento ou termo de referência específico.
- **Capacitação continuada de docentes e técnicos** para uso e manutenção dos novos equipamentos, com foco em segurança e eficiência.

- **Ampliação de áreas produtivas e construção de estruturas de apoio agrícola** (galpões, estufas, depósitos), planejadas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

Tais futuras contratações **não substituem, mas complementam** a utilização dos itens previstos nesta aquisição, sendo necessárias para a **plena execução das atividades acadêmicas e extensionistas**.

3. Conclusão

A presente contratação possui **afinidade direta com outras ações de ensino, extensão e manutenção operacional do campus**, configurando-se como **parte de um planejamento sistêmico e interdependente** voltado à melhoria da infraestrutura e da qualidade do ensino técnico ofertado pelo IFAL – Campus Murici.

Não há, até o momento, **sobreposição ou duplicidade de contratações**, e a execução da presente aquisição **não está condicionada à conclusão de outras licitações específicas**, o que garante sua viabilidade técnica e jurídica de forma autônoma, mas integrada.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A presente contratação — referente à aquisição de implementos e equipamentos agrícolas (arado, grade niveladora, roçadeiras, motosserra, subsolador, mini trator, entre outros) — está **alinhada com o planejamento estratégico e operacional do Instituto Federal de Alagoas – Campus Murici**, especialmente no que se refere à execução das atividades pedagógicas e de extensão vinculadas aos cursos técnicos em **Agropecuária e Agricultura**.

1. Previsão no Plano Anual de Contratações (PAC)

A demanda foi regularmente registrada e aprovada no **Plano Anual de Contratações (PAC) 2025**, sob o código de material correspondente a:

- Categoria de Material: **Equipamentos Agrícolas**
- Tipo de Demanda: **Aquisição de bens permanentes para ensino técnico**
- Origem do recurso: Orçamento do IFAL, vinculado à função programática de fomento à educação profissional e tecnológica

O item encontra-se na **lista priorizada de contratações do campus**, com previsão orçamentária compatível e classificado como de **alta relevância institucional**, considerando o impacto direto sobre a formação prática dos alunos e a execução de projetos de pesquisa e extensão.

2. Alinhamento com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)

A contratação também está contemplada de forma indireta no **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2024–2028) do IFAL**, o qual estabelece como metas estratégicas:

- **Fortalecer a infraestrutura física e tecnológica** dos campi voltados à formação técnica agrícola;
- **Ampliar a capacidade prática e produtiva das unidades escolares**, com ênfase na autonomia e inovação nos processos de ensino-aprendizagem;
- **Promover a sustentabilidade e o uso racional de recursos naturais** por meio de práticas agrícolas modernas e eficientes.

Nesse contexto, a aquisição dos equipamentos previstos contribuirá diretamente para o cumprimento dos eixos estruturantes definidos no PDI.

3. Conclusão

Diante do exposto, a contratação proposta está **plenamente alinhada ao planejamento institucional e orçamentário do IFAL – Campus Murici**, encontrando-se:

- **Formalmente prevista no Plano Anual de Contratações (PAC) 2025;**
- **Em conformidade com os objetivos estratégicos e operacionais do PDI 2024–2028;**
- Sustentada por demanda legítima e recorrente das coordenações dos cursos técnicos vinculados ao setor agrícola.

Essa coerência entre o planejamento e a contratação **garante legalidade, eficiência e transparência** ao processo de aquisição, além de reforçar o compromisso do IFAL com a qualidade da formação profissional e tecnológica ofertada à sociedade.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A contratação de implementos e equipamentos agrícolas para o IFAL – Campus Murici tem como finalidade fortalecer as atividades práticas dos **cursos técnicos em Agropecuária e Agricultura**, contribuindo para a formação profissional de estudantes e o desenvolvimento sustentável da comunidade local. Com isso, espera-se alcançar uma série de **ganhos diretos e indiretos**, conforme detalhado abaixo.

1. Efetividade da Ação Educacional

- **Aprimoramento da formação técnica dos alunos**, com base em práticas agrícolas reais e contextualizadas;
- **Ampliação das oportunidades de aprendizagem em campo**, promovendo o domínio de tecnologias agrícolas modernas;
- **Melhor alinhamento entre teoria e prática**, elevando a qualidade do ensino e a empregabilidade dos egressos.

2. Desenvolvimento Nacional Sustentável

- **Fomento à agricultura sustentável e de base familiar**, com o uso racional do solo e dos recursos naturais;
- **Estímulo à inovação e à produtividade no campo**, com aplicação de práticas compatíveis com a agroecologia e a mecanização acessível;
- **Contribuição para o fortalecimento da economia rural local**, por meio de parcerias com agricultores, cooperativas e associações.

3. Economicidade e Racionalização de Recursos

- **Redução de custos com locação de máquinas agrícolas** e contratação de serviços terceirizados;
- **Melhor aproveitamento dos recursos financeiros da instituição**, com aquisição de equipamentos duráveis e de manutenção viável;
- **Ganho em escala e padronização de equipamentos**, otimizando a logística de uso e a reposição de peças.

4. Eficiência e Melhoria da Gestão Acadêmica

- **Melhoria na organização das aulas práticas**, com aumento da capacidade de atendimento simultâneo de turmas;
- **Redução de tempo ocioso de professores e estudantes**, devido à disponibilidade adequada de ferramentas e implementos;
- **Apoio direto à execução de projetos de pesquisa e extensão**, facilitando a produção de dados de campo e atividades produtivas.

5. Aproveitamento de Recursos Humanos e Materiais

- **Valorização do trabalho de servidores técnicos e docentes**, que passam a contar com infraestrutura adequada para o planejamento de atividades práticas;
- **Otimização das áreas experimentais e produtivas do campus**, atualmente subutilizadas por limitação de equipamentos;
- **Fomento à interdisciplinaridade**, ao integrar práticas agrícolas aos conteúdos de ciências, meio ambiente, gestão rural e inovação.

6. Inclusão Social e Integração com a Comunidade

- **Capacitação de jovens do campo e de populações tradicionais**, por meio de projetos de extensão que utilizarão os equipamentos;
- **Ampliação do impacto social do IFAL na região da Zona da Mata Alagoana**, promovendo inclusão produtiva, formação técnica e transferência de tecnologia.

Conclusão

A contratação proposta irá gerar **benefícios significativos em termos de eficiência, qualidade educacional, sustentabilidade ambiental e impacto social positivo**, promovendo a **efetividade do serviço público** e o **uso inteligente dos recursos públicos**. Está, portanto, plenamente justificada sob os princípios da **eficácia, economicidade e desenvolvimento sustentável**.

13. Providências a serem Adotadas

Antes da formalização do contrato e do início da execução da presente contratação — que visa à aquisição de implementos e equipamentos agrícolas para os cursos técnicos do **IFAL – Campus Murici** —, a administração adotará as seguintes providências:

1. Capacitação e Designação de Equipes de Fiscalização e Gestão Contratual

- **Designação formal do gestor e do fiscal do contrato**, conforme previsto na Instrução Normativa SEGES/ME nº 05/2017 e atualizações;
- **Capacitação da equipe de fiscalização**, especialmente quanto aos seguintes aspectos:
 - Avaliação técnica e quantitativa dos itens entregues;
 - Verificação das garantias contratuais e prazos de assistência técnica;
 - Registros no sistema informatizado de gestão (ex: SIPAC ou plataforma equivalente);
- A capacitação será feita internamente, com apoio da **Coordenação de Administração** e da **Direção de Ensino**, mediante orientações da **Comissão de Apoio Técnico**.

2. Adequação e Organização de Espaços Físicos

- **Identificação e preparação dos espaços para recebimento e armazenamento dos equipamentos**, com atenção especial a:
 - Galpão agrícola e almoxarifado de bens permanentes;
 - Área externa para estacionamento e operação dos tratores e implementos;
- Ações corretivas em infraestrutura (se necessárias) serão providenciadas em tempo hábil, com apoio da **Coordenação de Infraestrutura e Logística** do campus.

3. Atualização de Inventário Patrimonial

- **Inclusão dos bens adquiridos no Sistema de Gestão Patrimonial**, com a devida identificação e tombamento;
- Registro fotográfico e documental da entrega de cada item;
- Definição de responsáveis técnicos pelo uso e guarda de equipamentos permanentes.

4. Planejamento Didático e Técnico

- As coordenações dos cursos técnicos farão a **adequação dos planos de aula e cronogramas práticos**, considerando os novos equipamentos disponíveis;
- Elaboração de **procedimentos operacionais padrão (POP)** para uso seguro dos equipamentos pelos alunos e servidores;
- Previsão de uso compartilhado dos bens entre ensino, pesquisa e extensão, garantindo o máximo aproveitamento institucional.

5. Comunicação e Articulação Interna

- Divulgação da aquisição entre os setores internos e comunidade acadêmica;
- Orientação sobre o uso correto dos bens e suas restrições, com apoio da equipe de segurança do trabalho e técnicos agrícolas do campus.

Conclusão

As providências mencionadas são fundamentais para assegurar a **boa execução contratual**, a **utilização adequada dos equipamentos** adquiridos e a **conformidade com os princípios da legalidade, eficiência e economicidade**. Todas as ações serão realizadas **anteriormente à celebração do contrato**, garantindo que o campus esteja plenamente apto a receber, gerir e utilizar os bens.

14. Possíveis Impactos Ambientais

A aquisição de implementos e equipamentos agrícolas, tais como mini trator, arado, grade niveladora, roçadeiras, subsolador, entre outros, poderá implicar impactos ambientais, especialmente relacionados ao **uso desses bens nas atividades práticas** de ensino, pesquisa e extensão. Abaixo são identificados os riscos e as medidas preventivas e mitigadoras previstas:

1. Emissão de Gases Poluentes (Máquinas a Combustão)

- **Risco:** A operação de tratores, roçadeiras e perfuradores movidos a diesel ou gasolina poderá resultar em emissão de gases de efeito estufa e material particulado.

- **Medida Mitigadora:**
 - Realização de manutenção preventiva para garantir eficiência energética dos motores;
 - Uso racional e planejado dos equipamentos, evitando tempo de funcionamento ocioso;
 - Adoção futura de equipamentos com **tecnologia de menor emissão**, sempre que possível (ex: motosserra elétrica em substituição às a combustão).

2. Compactação e Degradação do Solo

- **Risco:** O uso inadequado de implementos como arado, subsolador e sulcador pode comprometer a estrutura do solo, causando compactação e erosão.
- **Medida Mitigadora:**
 - Capacitação dos operadores e docentes quanto ao uso técnico correto dos implementos;
 - Aplicação de técnicas de preparo do solo sustentáveis e adaptadas à realidade local (ex: plantio direto, curvas de nível);
 - Monitoramento das áreas experimentais para evitar uso excessivo ou inadequado.

3. Ruído e Poluição Sonora

- **Risco:** Operações com motores a combustão podem gerar ruído elevado, afetando o ambiente escolar e a vizinhança.
- **Medida Mitigadora:**
 - Uso de equipamentos durante períodos previamente programados, evitando horários de aula teórica ou descanso;
 - Fornecimento e uso obrigatório de **EPI com proteção auditiva** por operadores e alunos.

4. Geração de Resíduos (Óleo, Peças, Embalagens)

- **Risco:** Trocas de óleo, substituição de peças e descarte de embalagens de insumos podem gerar resíduos perigosos.
- **Medida Mitigadora:**
 - Destinação adequada de resíduos, conforme Política de Gestão Ambiental do IFAL e legislação ambiental vigente;
 - Acondicionamento de óleos e lubrificantes em local seguro e envio a empresa especializada;
 - Redução do uso de insumos descartáveis e priorização de embalagens retornáveis, sempre que possível.

5. Uso Indiscriminado das Áreas Produtivas

- **Risco:** Sem planejamento adequado, o uso intensivo dos implementos pode causar degradação de áreas vegetadas ou produtivas do campus.
- **Medida Mitigadora:**
 - Planejamento agrônomo e rotacional das áreas de cultivo experimental;
 - Aplicação de princípios da agroecologia e da agricultura sustentável nos projetos pedagógicos;
 - Monitoramento e recuperação de áreas degradadas por meio de ações de extensão e ensino.

Conclusão

A aquisição dos equipamentos e implementos agrícolas envolve riscos ambientais pontuais e controláveis, desde que haja **uso responsável, manutenção periódica e capacitação dos envolvidos**. Todas as medidas de mitigação previstas seguem as diretrizes de responsabilidade socioambiental adotadas pelo IFAL, alinhadas aos princípios do **desenvolvimento sustentável** e à **Política Ambiental da Administração Pública Federal**.

A contratação, portanto, **não representa risco ambiental significativo**, e as ações planejadas garantem o **uso consciente dos recursos naturais**, em conformidade com a legislação ambiental vigente.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

A presente contratação, que tem por objeto a **aquisição de implementos e equipamentos agrícolas** — tais como arado, grade niveladora, motosserra elétrica, roçadeira manual, subsolador, enxada encanteiradora, perfurador de solo, roçadeira para trator, sulcador de 3 linhas, distribuidor de calcário e mini trator — é **plenamente viável do ponto de vista técnico, econômico, institucional e jurídico**, pelas razões a seguir:

1. Necessidade Pública Claramente Identificada

A demanda decorre das necessidades operacionais dos **cursos técnicos em Agricultura e Agropecuária** do **IFAL – Campus Murici**, que exigem o uso intensivo de máquinas e implementos agrícolas para a realização de aulas práticas, projetos de pesquisa e ações de extensão. A aquisição é essencial para garantir a **adequada formação técnica-profissional dos estudantes**, alinhando-se aos currículos vigentes e às diretrizes do MEC para a educação profissional e tecnológica.

2. Existência de Soluções no Mercado

O levantamento de mercado realizado demonstrou que **há ampla oferta de equipamentos compatíveis** com as especificações técnicas necessárias. Foram identificadas diversas empresas especializadas na comercialização dos itens listados, o que **viabiliza a contratação por meio de processo licitatório competitivo**, assegurando a escolha da proposta mais vantajosa para a administração pública.

3. Previsão no Planejamento Institucional

A contratação está prevista no **Plano Anual de Contratações (PAC 2025)** do campus, e encontra respaldo nas metas do **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2024–2028)** do IFAL, o que comprova seu alinhamento com o planejamento estratégico da instituição.

4. Disponibilidade Orçamentária e Financeira

O campus dispõe de **recursos orçamentários específicos para a aquisição de bens permanentes voltados ao ensino técnico**, conforme dotação autorizada no orçamento vigente. A viabilidade financeira foi confirmada pela unidade de planejamento e gestão orçamentária.

5. Capacidade Técnica e Operacional para Execução

A instituição possui equipe técnica capacitada para **receber, fiscalizar, operar e manter os equipamentos** a serem adquiridos. Também já existem estruturas físicas disponíveis (galpões, áreas experimentais, oficina), que **suportam o uso imediato e eficaz dos bens contratados**, com a devida segurança e controle patrimonial.

6. Justificativa de Escolha da Solução

A escolha pela aquisição direta dos equipamentos, em vez de locação ou terceirização de serviços, foi tecnicamente justificada com base na **análise de custo-benefício**, na **autonomia pedagógica**, na **frequência de uso intensivo** e na **durabilidade dos bens**, o que representa a opção mais econômica e eficiente a médio e longo prazo.

Conclusão

Diante da análise da necessidade, da oferta no mercado, da disponibilidade orçamentária, da previsão no planejamento e da viabilidade operacional, conclui-se que **a contratação é técnica e economicamente viável**, atendendo ao interesse público e promovendo a melhoria da qualidade da educação técnica ofertada pelo IFAL – Campus Murici.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

IVANILDO CLAUDINO DA SILVA

Membro da comissão de contratação

ITEM	DESCRIÇÃO	IF MURICI	IF SATUBA	CBM AL	PCRR	IFPA	TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Arado Tipo: Reversível Hidráulico, Método Tração: Trator, Profundidade Sulco: 250 MM, Potência Requerida: 75 CV, Quantidade Disco: 3 UN, Características Adicionais: Roda Guia, Diâmetro Disco: 28 PO	2	1				3	R\$ 14.200,00	R\$ 42.600,00
2	Grade Niveladora Quantidade Discos: Mínimo 28 UN, Largura Corte: Aproximadamente 1750 MM, Profundidade Corte: 150 A 180 MM, Características Adicionais: Controle Remoto E Rodas Acionadas Por Pistão Hidráulico, Potência Mínima Requerida Trator: 75 Hp , Tipo Engate: Arrasto, Estrutura: Vigas Tubulares, Diâmetro Disco: Mínimo 20 Pol, Espaçamento: Aproximadamente 235 Mm	2	1				3	R\$ 31.826,33	R\$ 95.478,99
3	Motoserra Industrial Potência: 1,6 KW, Combustível Motor: Gasolina, Capacidade Tanque Combustível: 0,470 L, Cilindrada Motor: 35,2 CC, Características Adicionais: Sabre de 35 Centímetros		2	38		3	43	R\$ 2.770,00	R\$ 119.110,00
4	Perfurador Solo Tipo Estrutura: Vigas Tubulares, Tipo Engate: Hidráulico, Diâmetro Broca: 09/12/18 POL, Potência Mínima Requerida Trator: 50 CV, Características Adicionais: Espiral Duplo, Coroa, Pinhão de Dentes Helicoidais	4					4	R\$ 6.978,33	R\$ 27.913,32

5	Roçadeira Agrícola Largura Corte: 1,50 M, Altura Corte: 20 CM, Rotação: 1.600 RPM, Tipo Engate: 3 Pontas , Características Adicionais: Hidráulica Articulada , Quantidade Facas: 2 UN, Tipo Corte: Roçagem De Aceiros, Margens De Estradas , Potência Motor: 75 C	3					3	R\$ 40.750,00	R\$ 122.250,00
6	Sulcador Modelo: Acoplável, Capacidade Carga: 320 L, Profundidade Sulco: 460 MM, Quantidade Linhas: 3 UN, Características Adicionais: Sem Adubadeira Bico de Pato, Largura Sulco 400 Mm	2	1				3	R\$ 3.810,62	R\$ 11.431,86
7	Distribuidor Calcário Material: Plástico, Capacidade: 300 KG, Aplicação: Agricultura, Tipo: Acionamento por Tomada Força e Levante Hidráulico, Características Adicionais: Capacidade Levante Hidráulico 1.100	2					2	R\$ 12.138,45	R\$ 24.276,90
8	Trator Tipo: Microtrator/Motocultivador , Potência: 7 CV, Tipo Motor: Monocilíndrico, Motor 4 Tempos , Tipo Uso: Agrícola , Características Adicionais: Enxada Rotativa, Partida Manual Ou Elétrica	2	2		2	1	7	R\$ 7.350,00	R\$ 51.450,00

9	<p>Roçadeira manualMotor: 2 tempos, Cilindrada mínima: 30 cm³, Potência mínima: 1,3 kW, Sistema de partida: Manual (recoil), com mecanismo de fácil acionamento, Combustível: Mistura gasolina e óleo 2T, conforme especificação do fabricante. Capacidade do tanque: Mínimo 0,5 litros.</p> <p>Sistema de ignição: Eletrônico, Eixo: Rígido, com transmissão interna, Guidão: Tipo bicicleta ou equivalente, com empunhadura ergonômica e sistema antivibração, Peso máximo (sem combustível e acessórios): até 7,5 kgNível de ruído e vibração: Atender às normas vigentes de segurança e ergonomia</p>	6	4		10	2	22	R\$ 665,93	R\$ 14.650,46
10	<p>Tipo: Implemento Enxada Rotativa para Trator Agrícola</p> <p>Potência necessária: 25 HP</p> <p>Largura da aração: 1000 mm</p> <p>Quantidade de lâminas: 20</p> <p>Acoplamento: Categoria 1</p> <p>Rotação: 540 rpm</p> <p>Capacidade do reservatório de óleo: 5,0 litros</p> <p>Tipo do óleo da transmissão: ISO 68</p> <p>Peso líquido: 150 kg</p> <p>Peso bruto: 170 kg</p> <p>Dimensões: 850 x 1050 x 950 mm</p> <p>Compatibilidade: Tratores 75 C</p>	2	1				3	R\$ 37.050,53	R\$ 111.151,59
11	Plantadeira adubadeira de 2 linhas de plantio, com engate nos 3 pontos do Trator.	1					1	R\$ 25.643,53	R\$ 25.643,53
12	Roçadeira Frontal RF-500 p/ Motocultivadores Branco 7,5 Cv	2	2		2	1	7	R\$ 4.308,44	R\$ 30.159,08

[illegible]



Emitido em 19/05/2026

TERMO Nº 168/2026 - MUR-CSUP (11.10.03.03)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 20/05/2026 06:00)

IVANILDO CLAUDINO DA SILVA

TECNICO EM AGROPECUARIA

MUR-CEXT (11.10.07)

Matrícula: 1395304

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ifal.edu.br/documentos/> informando seu número: **168**, ano: **2026**, tipo: **TERMO**, data de emissão: **19/05/2026** e o código de verificação: **9f2478ec9c**

CAMPUS MURICI INST. FED. EDUC. TEC AL

Ata de Registro de Preços 1/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
1/2026	152803-CAMPUS MURICI INST. FED. EDUC. TEC AL	VICTOR HENRIQUE DE SOUZA SANTOS	23/02/2026 14:46 (v 0.2)
Status	RASCUNHO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		23041.034951/2025-68

1. DO OBJETO

Processo Administrativo nº xxxxx.xxxxxx/xxxx-xx
Ata de Registro de Preços nº XX/XXXX

O(A) [órgão ou entidade pública que gerenciará a ata de registro de preços], com sede no(a) [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], inscrito(a) no CNPJ sob o nº [CNPJ], neste ato representado(a) pelo(a) [cargo e nome], nomeado(a) pela Portaria nº XX, de [dia] de [mês] de [ano], publicada no DOU de [dia] de [mês] de [ano], portador da Matrícula Funcional nº [nº matrícula], considerando o julgamento da [licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica] OU [procedimento de contratação direta], para REGISTRO DE PREÇOS nº/202..., publicada no de/202....., processo administrativo n.º xxxxx.xxxxxx/xxxx-xx, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no [Edital de licitação] OU [Aviso da Contratação Direta], sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de [objeto], especificado(s) no(s) item(ns) XX do Termo de Referência, anexo XX do [edital de licitação] OU [aviso da contratação direta] n.º xxxx/xxxx, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado[A1] , as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item[A2] , fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do	Fornecedor [razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]
---------	---

TR								
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.[A3]

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o(a) *[órgão ou entidade pública que gerenciará a ata de registro de preços]*.

3.2. *Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.*

OU

3.3. *Além do gerenciador, são órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:*

<i>Item nº</i>	<i>Órgãos Participantes</i>	<i>Unidade</i>	<i>Quantidade</i>

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.2. *Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:*

4.2.1. *apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;*

4.2.2. *demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e*

4.2.3. *consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.*

4.3. *A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.*

4.3.1. *O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.*

- 4.4. *Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.*
- 4.5. *O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.*
- 4.6. *O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.*

Dos limites para as adesões

- 4.7. *As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.*
- 4.8. *O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.*
- 4.9. *Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.*
- 4.10. *A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.*

Vedação a acréscimo de quantitativos

- 4.11. *É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.*

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

- 5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, *podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.*

5.1.1. *Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.*

5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. *O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.*

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no *[edital] OU [aviso de contratação direta]* e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no *[edital] OU [aviso de contratação direta]*; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do *[edital] OU [aviso de contratação direta]*, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021[A1] ;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.[A1]

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições

inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no **[edital]** **OU [aviso de contratação direta]**.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente[A1] após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao **[edital]** **OU [aviso de contratação direta]**.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

12. ANEXO

Anexo[A1]

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor [razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do	Fornecedor [razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]
---------	---

TR								
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

13. Responsáveis

Nenhum responsável informado.

RASCUNHO